

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014

Antártica instável: mutabilidade climática e tensões geopolíticas

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 206 • 23 de Agosto de 2024

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Navio quebra-gelo chinês “Xue Long” em mais uma campanha polar](#)

Por: Timo Palo

Fonte: WikiMedia

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Vice-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Rafael Zelesco Baretto (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Mariana Bastos Fraguito (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)
Rafael Henrique de Almeida Bandeira Araujo (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (KCL)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Manguera (PUC-Rio)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)



Eleições na Venezuela e suas implicações internacionais

Bruna da Silveira Eloy

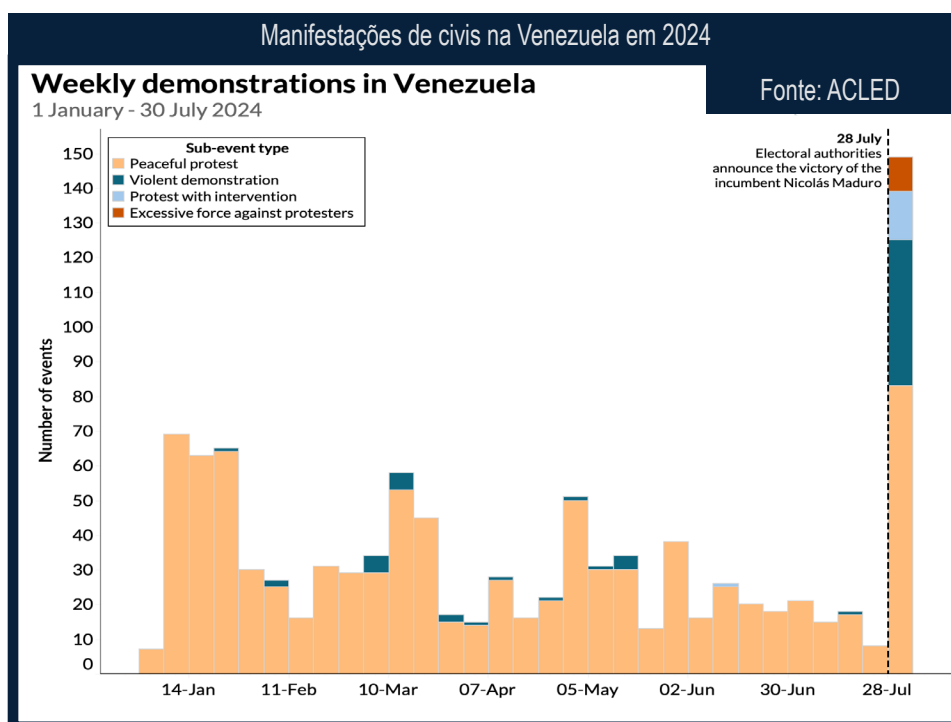
As eleições presidenciais na Venezuela, realizadas em 28 de julho de 2024, resultaram em um cenário de intensa controvérsia. O presidente Nicolás Maduro foi declarado vencedor pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), mas o resultado foi amplamente contestado pela oposição e pela comunidade internacional. Edmundo González Urrutia, o principal candidato opositor, reivindicou a vitória com base em suas próprias contagens e acusou o governo de fraude eleitoral. Nesse contexto, questiona-se: como o atual cenário econômico e social da Venezuela, intensificado pela crise eleitoral, influencia as relações diplomáticas e o posicionamento do país no cenário internacional?

A crise econômica na Venezuela, que se intensificou nas últimas duas décadas, possui raízes profundas em políticas governamentais deficitárias e na dependência excessiva do país do setor petrolífero. Desde 2013, a produção de petróleo caiu drasticamente, o que resultou em uma contração econômica de cerca de 80% do PIB segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), levando ao colapso dos serviços básicos e a um cenário alarmante de insegurança alimentar ([Boletim 191](#)). Em 2023, cerca de 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país em busca de melhores condições de vida, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Isso levou à deflagração da maior crise migratória da história recente da América do Sul. Esse deslocamento possui impactos visíveis demograficamente e transforma as relações

bilaterais da Venezuela com países como Brasil e Colômbia, que enfrentam desafios na integração de refugiados e na pressão sobre os serviços públicos.

No âmbito internacional, os resultados das eleições na Venezuela provocaram uma divisão significativa de posições entre os países da comunidade global. China e Rússia reconheceram a vitória de Maduro, oferecendo apoio diplomático e econômico, em reforço a suas respectivas alianças com o regime venezuelano. Em contraste, a maioria das nações ocidentais, incluindo os Estados Unidos e os países-membros da União Europeia, não reconheceram o resultado, alegando irregularidades e fraude eleitoral. Além disso, países sul-americanos, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, também não reconheceram os resultados e solicitaram a divulgação das atas eleitorais para verificação da legitimidade do processo. Esses Estados intensificaram a pressão sobre o regime, exigindo maior transparência.

Em síntese, a crise econômica já existente e a reeleição sem a devida transparência de Nicolás Maduro intensificaram a polarização internacional, influenciando profundamente as relações regionais e a cooperação na América do Sul. Esse cenário contribui para uma crescente instabilidade e complexifica os esforços de integração regional, refletindo a tensão entre a manutenção do *status quo* e as demandas por mudanças estruturais.



Temporada de furacões 2024: como o Caribe lida com seus desafios?

Victor Cabral

A temporada de furacões no Mar do Caribe começou e já deixou seus primeiros rastros de destruição e mortes em junho e julho de 2024. Normalmente, a temporada vai de junho a novembro, mas a atual reserva novidades. Isso porque a agência estadunidense *National Oceanic and Atmospheric Administration* prevê sete grandes furacões para 2024 — o dobro do padrão. As explicações para tal, por sua vez, estão na temperatura. A América do Norte passa por recordes de calor e a temperatura média do Mar do Caribe está elevada, em 29,4 graus Celsius (°C) — três graus acima da temperatura ideal para a formação de furacões.

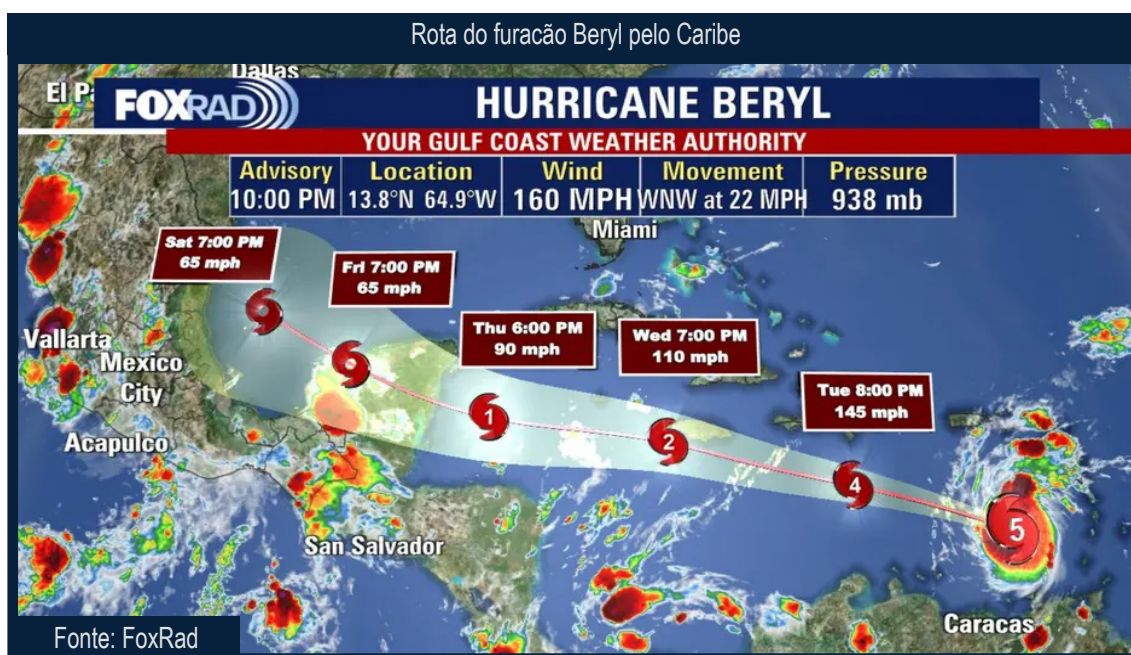
Os Estados Unidos e o Canadá enfrentam ondas de calor, com diversas regiões enfrentando temperaturas próximas aos 40 °C e incêndios florestais. Já no Golfo do México, a tempestade tropical Alberto, a primeira da temporada, deixou três mortos e um rastro de inundações até o Texas. Em julho, o furacão Beryl bateu recordes, tornando-se o furacão mais rápido a atingir a categoria 5, considerada a máxima, com ventos de 257 km/h. A passagem do Beryl por Cuba, Granada, Ilhas Cayman, Jamaica, México e São Vicente e Granadinas causou mais de 11 mortes.

Jamaica e Santa Lúcia já contabilizaram mais de US\$ 8 milhões em prejuízo agrícola nessa temporada. São Vicente e Granadinas relatou a devastação de

seu arquipélago, alegando a destruição completa das infraestruturas e sistemas de pesca em sua costa. A Comunidade do Caribe (CARICOM, no acrônimo em inglês) reconheceu a perda de colheitas de longo prazo, alertando para o empobrecimento de produtores e a necessidade de importação de alimentos, o que pressiona a inflação e a dívida externa caribenhas.

Furacões causam prejuízos milionários às economias caribenhas, que possuem sistemas econômicos baseados na agricultura de exportação e na indústria do turismo, além de afetarem gravemente a população com a perda de casas, escolas e hospitais. As mudanças climáticas reforçarão o poder destrutivo dos furacões, bem como a maior incidência de ondas de calor no continente.

Um dos efeitos da crise climática é a migração forçada como mecanismo de adaptação, com milhares de pessoas deslocando-se para sobreviver e reconstruir suas vidas. Em preparação para esse cenário, Belize, por exemplo, já constrói vilas para realocar moradores afetados pelos furacões, dando abrigos para as tempestades e meios socioeconômicos de retomada do cotidiano, em um projeto orçado em US\$ 2,6 milhões. A adaptação à crise climática é uma solução, já que o mundo não a impedirá. Todavia, isso requer elevados investimentos públicos e privados, bem como vontade política para efetivar as medidas.



O novo mandato de Paul Kagame e a crise Ruanda-Congo

Franco Alencastro

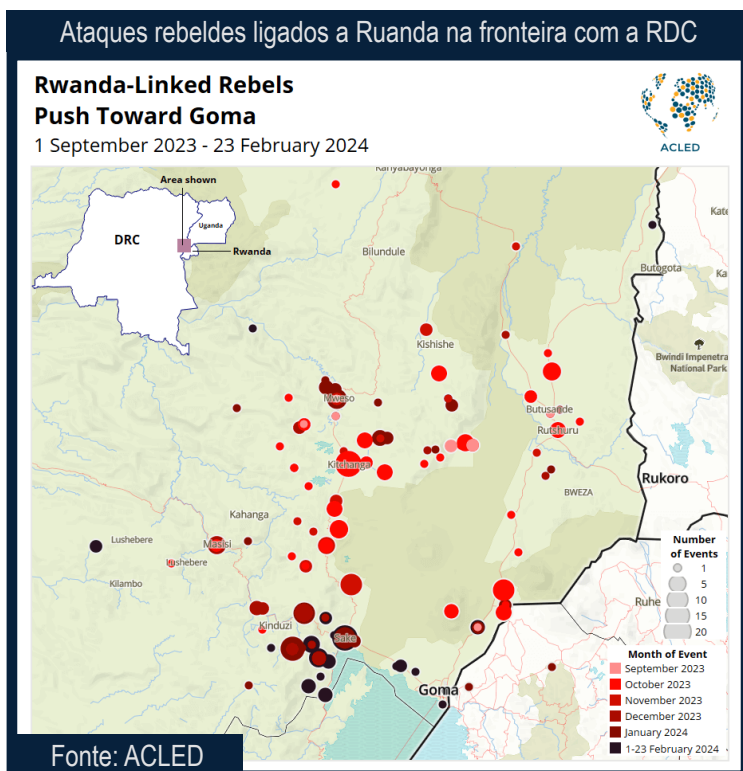
No dia 15 de julho de 2024, a República de Ruanda realizou suas eleições presidenciais. Paul Kagame, atual Presidente de Ruanda, foi reeleito para um inédito quarto mandato, com mais de 99% dos votos. A eleição é mais uma etapa na consolidação de Kagame como líder do país, trajetória que se iniciou com sua atuação decisiva para o fim do genocídio de Ruanda, em 1994, no qual as tropas da Frente Patriótica de Ruanda (RPF, na sigla em inglês), por ele lideradas, tiveram sucesso em interromper o massacre após a inação da comunidade internacional. Fontes internacionais sugerem que o governo de Ruanda desempenha um papel fundamental na instabilidade regional, o que levanta questionamentos sobre a natureza e a extensão dessa responsabilidade.

A reeleição vem na sequência da reforma constitucional de 2015, que encurtou o mandato presidencial de sete para cinco anos. As emendas constitucionais da reforma também permitiram que Kagame concorresse a um novo mandato, mesmo já tendo servido outros três como presidente de Ruanda, desde o ano 2000. Além disso, durante o processo eleitoral, observadores internacionais relataram casos de intimidação, prisão e ameaças a candidatos da oposição, reforçando a percepção de que a eleição já estava decidida.

O novo mandato de Kagame se inicia com desafios consideráveis na esfera internacional. Um relatório

divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma semana antes da eleição assinalou a escala do envolvimento de Ruanda nos conflitos no leste da República Democrática do Congo (RDC). Embora já houvesse suspeitas de que Kigali fornecia apoio militar ao grupo rebelde Movimento 23 de Março (M23), que se opõe ao governo de Kinshasa, o relatório revelou também a presença de 4 mil combatentes ruandeses em território congolês.

O controle indireto dos territórios congolezes na fronteira é estratégico para Ruanda devido à riqueza dessas áreas em minerais valiosos, especialmente o coltan — liga metálica composta de columbita e tantalita, resistente à corrosão e de alta condutividade. Esse material possui relevância fundamental na fabricação de eletroeletrônicos, como microprocessadores, microcircuitos e baterias, e desempenha um papel crucial no processo de transição energética global. Estima-se que até 80% das reservas globais de coltan estejam concentradas no leste da RDC. Outrossim, o conflito na região tem provocado o deslocamento de até dois milhões de pessoas. Essa atuação de Ruanda, porém, pode enfrentar maior resistência no futuro. Isso porque, após manifestações da ONU, alguns analistas internacionais já apontam para a possibilidade de sanções contra o país.



DOI 10.21544/2446-7014.n206.p07.

O combate ao crime marítimo na Nigéria e o uso da Inteligência Artificial

Isadora Jacques

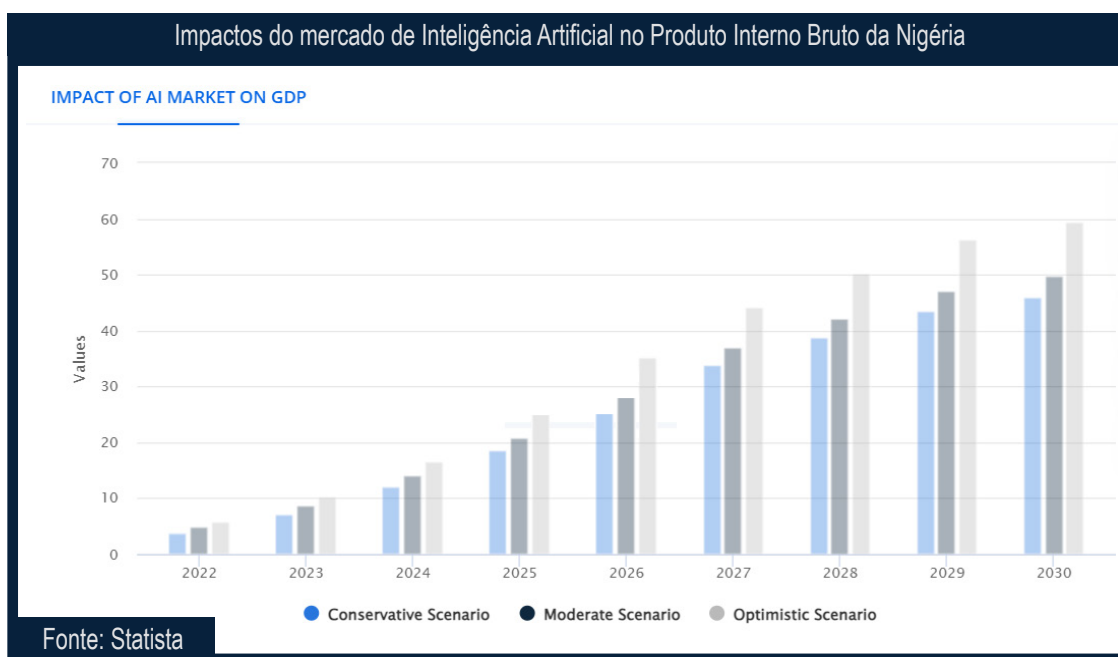
A utilização da Inteligência Artificial (IA) já pode ser percebida como uma ferramenta de desenvolvimento econômico transformadora. No continente africano, especialistas esperam que essa tecnologia cresça pelo menos 30% em seis anos e que os empregos relacionados à IA aumentem em até 200% (Boletim 202). Essa tecnologia analisa rapidamente grandes quantidades de dados de diversas fontes e, assim, identifica padrões e anomalias. Diante disso, a Marinha da Nigéria anunciou planos para utilizar a ferramenta para fortalecer a capacidade operacional da segurança marítima do país. Entretanto, questiona-se se a implementação de tecnologia como ferramenta no combate ao crime organizado no mar será, de fato, um instrumento transformador para a segurança marítima na Nigéria.

A Nigéria é o país africano que mais registrou casos de pirataria e roubo armado no entorno de seu mar territorial nos últimos anos. O país, que já foi designado como um *hotspot* dos ilícitos pelo *International Maritime Bureau*, tem conseguido enfrentar a pirataria, a pesca ilegal, o roubo de petróleo, o tráfico de drogas e armas e outros crimes, graças ao investimento em infraestruturas tecnológicas. A Marinha da Nigéria, assim, pretende usar a IA para acompanhar a evolução dos avanços tecnológicos na indústria marítima. O país perde US\$ 70 milhões anualmente para a pesca ilegal perpetrada por

frotas estrangeiras, enquanto pirataria, contrabando e tráfico de drogas também assolam seu espaço marítimo.

A tecnologia de previsão de padrões apoia que as autoridades tomem decisões informadas sobre incidentes no mar. Em 2022, o *Deep Blue Project* (Boletim 144) conferiu uma abordagem multifacetada para enfrentar a pirataria, investindo US\$ 195 milhões em navios, aeronaves e drones para patrulhar as rotas marítimas da costa da Nigéria. Entretanto, a insegurança marítima é reflexo da instabilidade socioeconômica do país. A população vive uma realidade de pobreza extrema, conflitos armados, baixa representatividade política e má distribuição dos lucros da exploração do petróleo. Logo, mesmo diante do aumento dos investimentos em Defesa, estes podem não ser capazes de preencher lacunas de desenvolvimento, supridas pelas redes que financiam as atividades ilícitas.

Ainda que a qualidade dos dados e a possibilidade de ameaças cibernéticas direcionadas a sistemas de IA sejam preocupações para sua implementação, existe a necessidade de desenvolvimento econômico no país, especialmente com a sofisticação do crime organizado na região. Este se adapta às iniciativas de combate empregadas pelos setores de Defesa, pois é financiado por sofisticadas redes em terra que facilitam os trâmites das ações de violência no mar.



O vácuo de liderança na Europa: a ascensão da Polônia

Emerson Luiz Bento dos Santos

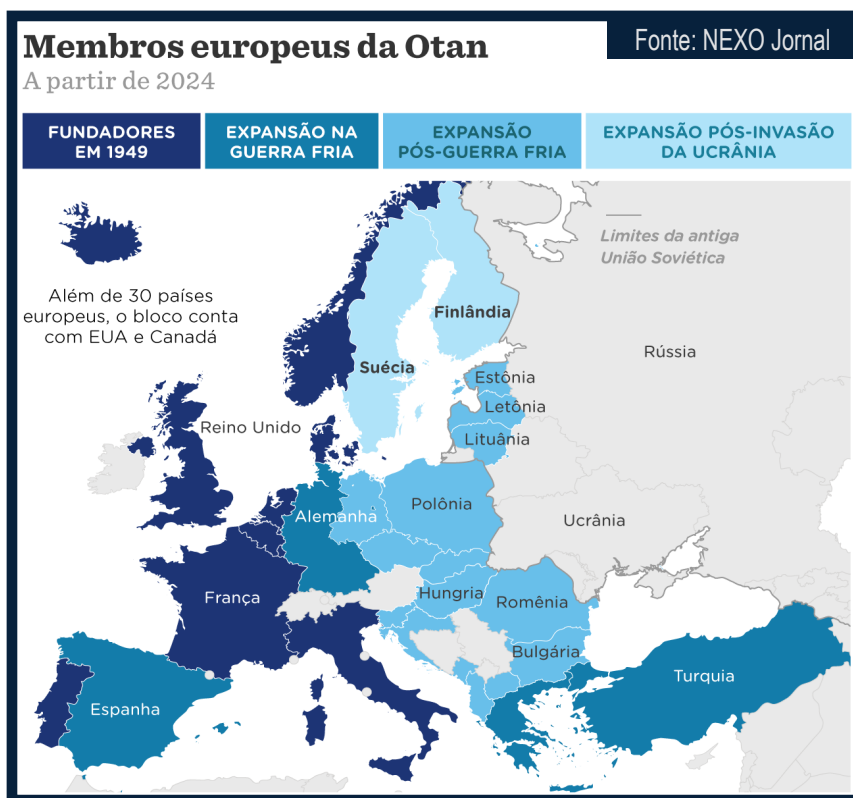
O dilema do vácuo de liderança europeu, sobretudo militar, tem causado instabilidades no continente, principalmente em um momento em que a região se vê ameaçada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. As lacunas encontradas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em suas capacidades defensivas abrem espaço para que um possível líder emergja. Nesse cenário, um ator tem investido e se preparado para tal posto: a Polônia. Diante disso, quais são as características que a fazem ser candidata a liderar o continente na atual conjuntura?

A Europa está diante de sua maior crise de segurança desde 1945 e a Otan, de acordo com oficiais da aliança entrevistados pela agência de notícias Reuters em julho de 2024, considera seis áreas críticas em sua defesa a ser aprimoradas: defesa aérea, mísseis de longo alcance, níveis de tropas, suprimento de munição, desafios logísticos e comunicações seguras no campo de batalha. A partir dessas, busca-se uma preparação adequada contra uma possível extensão do conflito russo-ucraniano para seus territórios.

São alguns os atributos que fazem com que a Polônia, um país geograficamente pequeno, ascenda como postulante à posição de “líder” e seja importante dentro do continente europeu e da Otan, que, por sua

vez, deve se fortalecer significativamente com os investimentos feitos pelos polacos, que tem mais de 4% do seu PIB dedicados à Defesa. Esta área também teve seu orçamento em 2023 aumentado 75%, sendo 0,7% destinados à Ucrânia no combate à Rússia. Outra característica que destaca os poloneses é o envio de cerca de US\$ 3,3 bilhões em ajuda militar a Kiev e os gastos de US\$ 24,2 bilhões com refugiados ucranianos acolhidos no país. Os poloneses também gastaram cerca de US\$ 2 bilhões em equipamentos militares, como carros de combate encomendados da Coreia do Sul; e aeronaves multipropósito “F-35” e sistemas de mísseis “Patriot”, encomendados dos EUA. Além disso, possuem planos de aumentar o contingente de suas forças terrestres para 300.000 soldados, como declarado pelo chefe do Exército polonês, em coletiva de imprensa em meados de julho de 2024.

Portanto, ainda que essa ascensão polonesa seja um processo, dado que o aspecto militar não está sendo — pelo menos claramente — acompanhado pelo político, há indicativos do ganho de força da Polônia pela posição de destaque militar. A evolução de Varsóvia, especialmente no âmbito de enrobustecimento militar, pode resultar no fortalecimento das defesas no lado da Otan.



Águas turbulentas: os desafios dos *chokepoints* marítimos no Oriente Médio

Amanda Marini

Os *chokepoints* marítimos, especialmente no Oriente Médio, são cruciais para o comércio internacional e a segurança energética global. No entanto, essas rotas vitais também são vulneráveis a crises. Nesse ensejo, destacam-se os Estreitos de Hormuz e de Bab al-Mandab, pontos de estrangulamento responsáveis pelo transporte de volumes significativos de hidrocarbonetos que são fortemente impactados pelas instabilidades geopolíticas locais. Dessa forma, o objetivo do presente texto é elucidar as repercussões das crises regionais no plano da oceanopolítica.

A posição estratégica do Estreito de Hormuz o torna um ponto focal de tensões geopolíticas e um gargalo crucial para o comércio marítimo global. A navegação na localidade, uma das artérias mais movimentadas e importantes do mundo, enfrenta riscos crescentes. A ameaça de bloqueio, frequentemente utilizada pelo Irã como alavancagem, narrativa e retórica geopolítica, coloca em perigo o tráfego marítimo e a segurança de navios e tripulações. A interrupção dessa rota vital para o transporte de petróleo e gás natural liquefeito (GNL) teria consequências devastadoras para a economia global, uma vez que, diariamente, transitam por ali cerca de 20,9 milhões de barris de petróleo (MMbbl) por dia e 0,311 bilhões de metros cúbicos (bcm, na sigla em inglês) de GNL, segundo a *U.S. Energy Information Administration*. Vale ressaltar que toda essa dinâmica

é especialmente pronunciada em períodos de crise, como no atual conflito entre Israel e Hamas, além de outras instabilidades em relação a Tel Aviv, que se intensificaram nos últimos meses.

Ademais, o Estreito de Bab al-Mandab enfrenta desafios crescentes devido à intensificação da pirataria e das tensões marítimas. Vale destacar que cerca de 8,6 MMbbl e 8% do comércio de GNL dependem dessa passagem diariamente. A crise no Iêmen e as ações dos houthis têm criado um ambiente instável, tornando a região um foco de ataques e saques a navios. A consequência direta é a redução do tráfego marítimo, com muitas empresas optando por rotas mais longas, contornando o Cabo da Boa Esperança, ao sul do continente africano ([Boletim 200](#)). Essa alteração de rota eleva significativamente os custos de transporte, além de trazer um aumento estimado de 10 a 12 dias no tempo de viagem para a Europa e a América do Norte.

Portanto, como apontado, embora esses *chokepoints* marítimos sejam artérias vitais do comércio global, sua fragilidade expõe a interdependência econômica e energética mundial. Ademais, devido à dinâmica complexa e à multiplicidade de atores envolvidos nesse cenário, a probabilidade de crises aumenta e tem a capacidade de comprometer ainda mais a segurança marítima.



DOI 10.21544/2446-7014.n206.p10

Expansão do conflito de Gaza: análise dos suplementos militares de Israel e Hezbollah

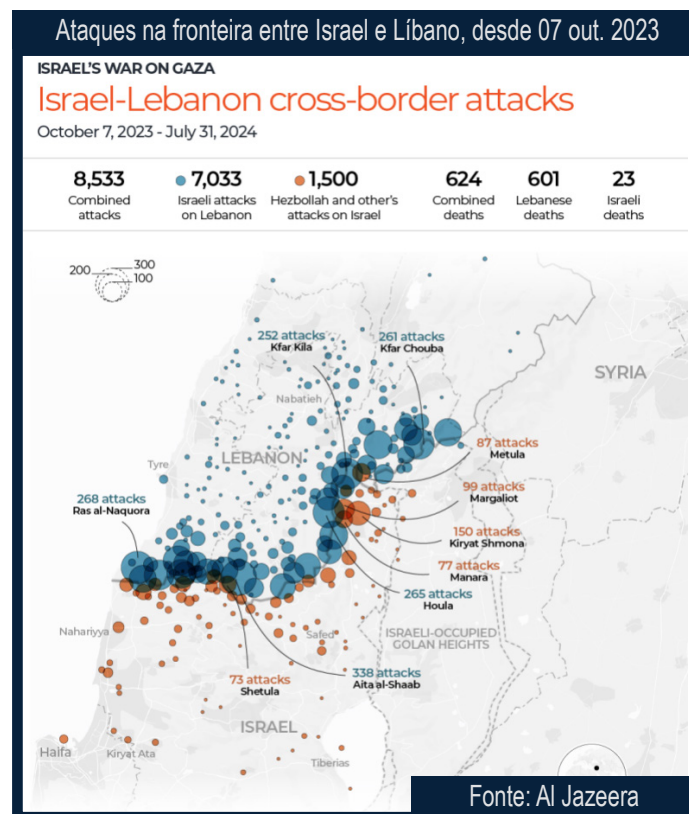
Pedro Vecchia

O conflito entre Israel e Hamas, que assola o Oriente Médio há quase um ano, vem tomando proporções além da Faixa de Gaza. No mês passado, Ismail Haniyeh, principal líder do Hamas, e Fuad Shukur, líder do Hezbollah, foram vítimas de ataques israelenses no Irã e no Líbano, respectivamente. O Hezbollah prometeu retaliar a morte de seu líder provocando ataques além da fronteira com Israel, o que deve ampliar o conflito já existente na região. Dessa forma, este artigo analisará quais devem ser as proporções dessa linha de conflito do ponto de vista do arsenal militar de ambos os lados.

De acordo com o último relatório do Instituto de Pesquisas da Paz de Estocolmo (SIPRI, na sigla em inglês), divulgado em março deste ano, 99% do arsenal militar de Israel em 2023 foi importado, sendo 69% vindo dos Estados Unidos (EUA) e 30% da Alemanha. Já em 2024, os EUA reduziram drasticamente as exportações militares devido a protestos críticos ao governo de Joe Biden, com a justificativa de abuso dos direitos humanos no conflito em Gaza. Existe a chance de que ao menos parte desse espaço deixado seja ocupado pela Índia, que possui uma parceria estratégica de defesa com Israel desde a Guerra de Cargil, em 1999. Essa parceria pode vir a ser a principal fonte de fornecimento de equipamentos militares para Jerusalém nesse momento de conflito no Oriente Médio.

Do outro lado, apesar de ser um grupo paramilitar, o Hezbollah possui desenvolvimento militar comparável ao de um exército estatal. O Irã é o país que mais fornece equipamentos militares ao grupo, devido a seu histórico apoio estratégico, favorecendo seu municiamento com diversas tecnologias importadas dos EUA. Ademais, a Síria apresenta um grande fornecimento de equipamentos de defesa ao grupo como uma forma de “retribuição” ao apoio do Hezbollah a Damasco durante a guerra civil síria. O Hezbollah também foi capaz de desenvolver seus próprios drones de combate, inspirados no modelo de drones iranianos “Shahed-129”. Hoje em dia, essa nova tecnologia desenvolvida pelo grupo é capaz de ameaçar o poderoso sistema de defesa aérea de Israel.

O avanço do conflito no Oriente Médio para a fronteira entre Israel e Líbano é preocupante devido às altas capacidades militares existentes nos dois lados. Por mais que o abastecimento militar de Israel tenha diminuído por parte do Ocidente, o país busca alternativas de fornecimento enquanto o Hezbollah se mostra capaz de enfrentar um longo conflito no território libanês, que deve resultar em mais baixas civis e no agravamento de uma crise socioeconômica libanesa já existente.



Ogivas e narrativas: a Teoria do Controle Reflexivo e o uso estratégico de ameaças nucleares

José Gabriel Pires

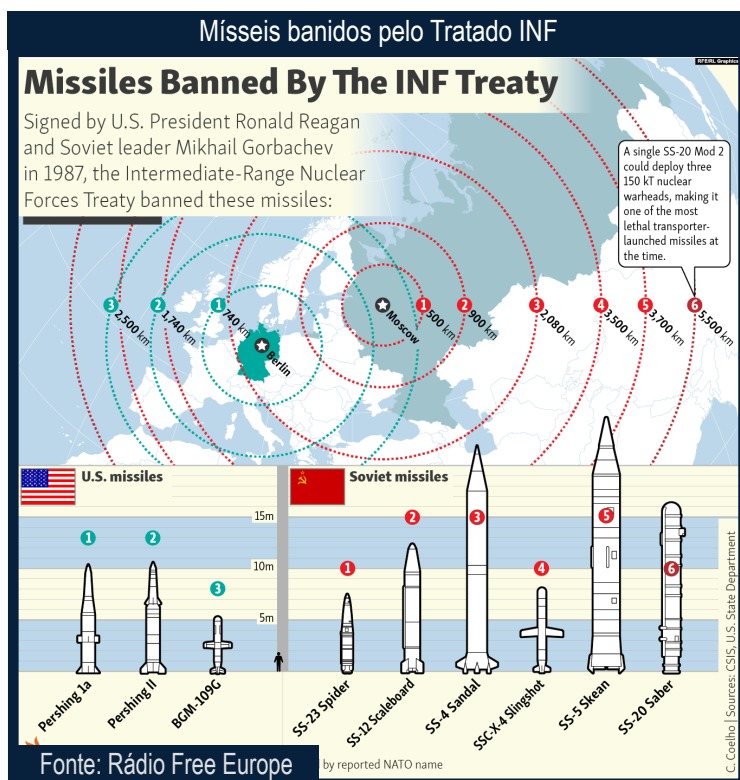
Diversos fatores devem ser ponderados em análises acerca do conflito russo-ucraniano. É possível observar uma variedade de estratégias nessa disputa que vão além dos ataques cinéticos convencionais, envolvendo os demais domínios e dimensões operacionais. Nesse sentido, a dimensão informacional se destaca pelo seu importante papel mesmo antes do início dos embates. Um conceito relevante na doutrina russa de Confronto Informacional é a Teoria do Controle Reflexivo (TCR), que tem sido observada em comportamentos e discursos contendo ameaças nucleares, ainda que veladas, por parte da liderança russa. Assim, questiona-se a relevância da TCR no âmbito dos riscos de uma escalada nuclear no conflito na Ucrânia.

A TCR foi desenvolvida na década de 1960 pelo psicólogo matemático Vladimir Lefebvre e combina elementos geopolíticos e psicológicos, tendo como propósito a transmissão de informações especialmente preparadas, tanto para adversários quanto para aliados, com o intuito de alterar fatores-chave na sua percepção de mundo, persuadindo-os a tomar decisões favoráveis ao emissor da informação. No conflito russo-ucraniano, especialmente no nível estratégico, essa teoria vem sendo explorada para fins de desinformação — um dos pilares da doutrina russa de Confronto Informacional. O objetivo dessa estratégia é modelar o âmbito psicossocial

das sociedades ocidentais para que pressionem seus governos a reduzir o apoio a Kiev, promovendo uma negociação que, no momento, seria favorável a Moscou.

Nesse cenário, a ameaça nuclear é algo que ronda o conflito desde seu início, no contexto dos riscos envolvidos na disputa em torno da usina nuclear da cidade de Zaporizhzhia. Além disso, com o esvaziamento do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF, na sigla em inglês), em 2019 (Boletim 86), Rússia e Estados Unidos ficaram livres para retornar à produção de mísseis de médio alcance (500-5.000 km). Nesse contexto, no final de julho, Moscou deu início à terceira fase de uma série de exercícios com armas nucleares não estratégicas em larga escala. O Ministério da Defesa russo anunciou que essa etapa incluirá atividades com o sistema de mísseis táticos “Iskander-M” e terão como palco os distritos central e sul, o que inclui a Crimeia, além das quatro regiões ucranianas ocupadas pela Rússia.

De fato, é uma tarefa complexa mensurar o potencial de tais ameaças se concretizarem. No entanto, é possível observar o intuito de se remodelar percepções das sociedades ocidentais, o que as insere no contexto do Confronto Informacional russo, baseado na TCR. Assim, se evidencia a relevância da dimensão informacional no conflito, visto que o campo discursivo exerce um papel essencial, especialmente no nível político-estratégico.



DOI 10.21544/2446-7014.n206.p.12.

Novas conexões a Oeste: os Estados Bálticos e a rede elétrica europeia

Luiza G. Guitarrari

A conexão de infraestruturas energéticas entre os países da ex-União Soviética é considerada uma das principais heranças do período soviético. No entanto, episódios recentes, em sua maioria perpetrados pela Rússia, como a restrição de fornecimento de gás, a anexação da Crimeia e, mais recentemente, o conflito na Ucrânia, contribuíram para acelerar a busca por soberania e independência energética na região. Especificamente na porção europeia, a promoção de políticas e novos projetos para mitigar a dependência por energia russa tem sido mais latentes. Nesse preâmbulo, como a desconexão dos Estados bálticos da rede elétrica compartilhada com a Rússia pode impactar a geopolítica energética da região?

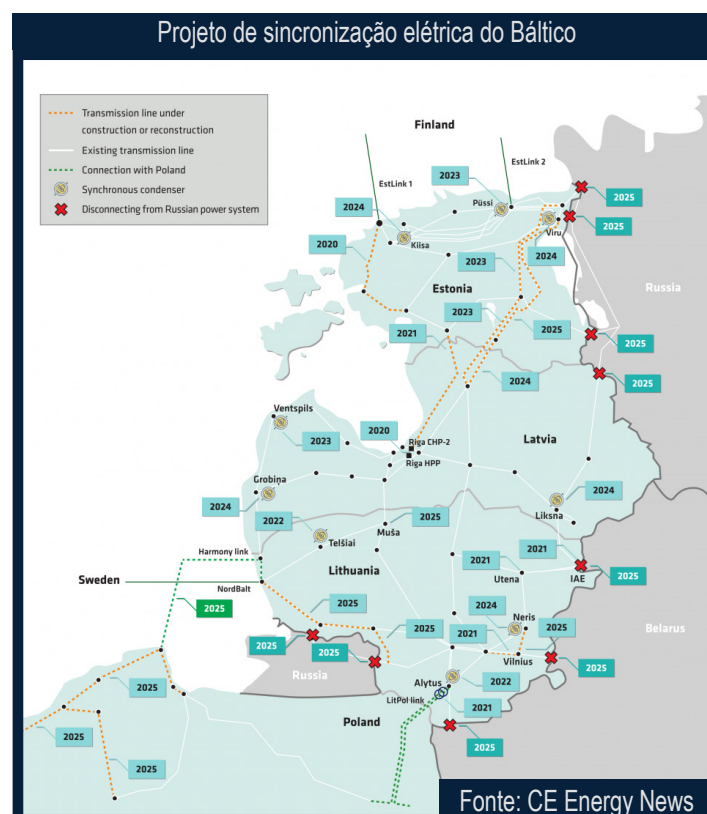
No início de julho de 2024, os ministros de Energia da Estônia, Letônia e Lituânia aprovaram os preparativos para a desconexão dos Estados bálticos do sistema de eletricidade BRELL e posterior integração à rede continental europeia. A rede BRELL, acrônimo para designar a interconexão entre Belarus, Rússia, Estônia, Letônia e Lituânia, permite o compartilhamento de recursos de geração de energia e desenvolvimento da rede elétrica na região. Contudo, nos últimos anos, a estabilidade da rede elétrica tem sido influenciada por diferentes condições políticas e econômicas, especialmente nas relações entre Rússia e países bálticos.

Nesse escopo, a desconexão dos países bálticos da rede BRELL consiste em um objetivo estratégico para

reduzir a dependência da frequência da rede controlada por operadores russos e bielorrussos. A separação completa está prevista para ocorrer em 08 de fevereiro de 2025, com cerca de três quartos dos custos envolvidos na dissociação cobertos pela União Europeia. O investimento de US\$ 1,3 bilhão do bloco também será destinado ao projeto de sincronização das frequências dos países bálticos com a Europa Continental, por meio de uma interligação com a Polônia.

Após quase uma década de negociações e de gradual redução das importações de eletricidade produzida na Rússia, os Estados bálticos avançaram na sua trajetória contra o isolacionismo energético e o subsequente processo de diversificação da cadeia de suprimentos. Além disso, o projeto pretende ser uma importante contribuição para promover a resiliência de infraestruturas estratégicas, conforme previsto no Plano Nacional de Energia e Clima dos países até 2040.

Em suma, a sincronização com o sistema europeu deve permitir um controle de frequência independente, estável e confiável dos sistemas elétricos do Báltico e o cumprimento dos seus objetivos estratégicos no segmento de energia. Ademais, o alinhamento político entre os países demonstra seu comprometimento em endereçar projetos conjuntos na área de energia e maior cooperação com a Europa, distanciando-se da dependência e influência russas.



Tensões voltam a aumentar na Península Coreana

Nina Bonifacio

As tensões na península coreana continuam a aumentar, com a Coreia do Norte e a aliança entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos (EUA) intensificando suas atividades militares em um ciclo de reações mútuas. Assim, pergunta-se: até que ponto esse ciclo de ações e reações pode elevar o risco de um confronto militar aberto na região? Dois eventos recentes ilustram esse cenário de escalada, sendo eles, os exercícios militares “Ulchi Freedom Shield”, organizados pela Coreia do Sul e pelos EUA, e a entrega de novos lançadores de mísseis balísticos pela Coreia do Norte às suas tropas de fronteira.

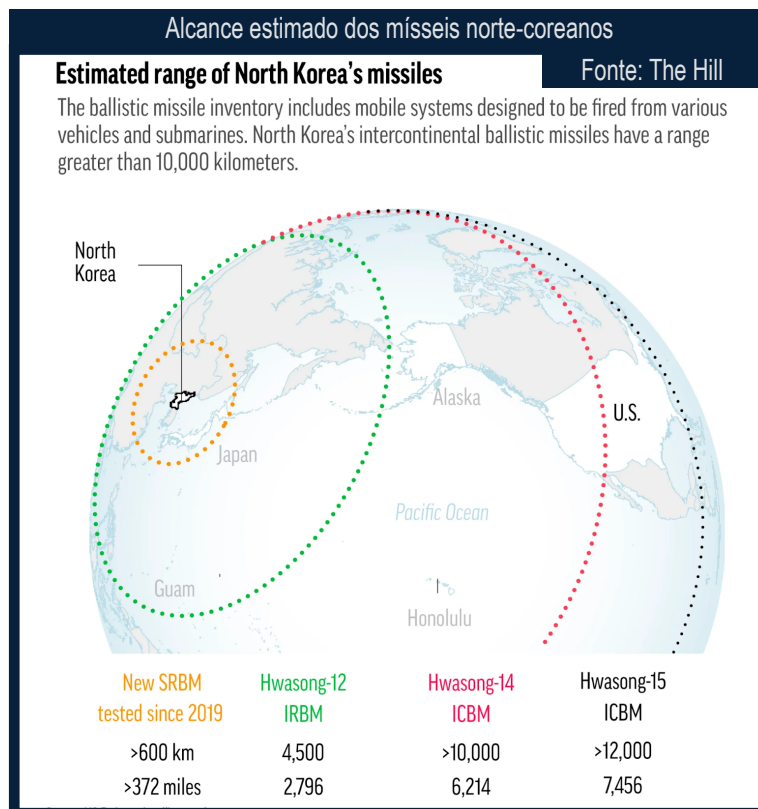
Os exercícios “Ulchi Freedom Shield”, programados para ocorrer entre 19 e 29 de agosto, visam melhorar a capacidade de resposta das forças aliadas às ameaças crescentes da Coreia do Norte. Essas operações abrangem uma ampla gama de cenários, desde ataques com mísseis até ciberataques e interferências em sistemas de navegação GPS. Além dos treinamentos militares tradicionais, o exercício também inclui treinamentos de defesa civil, como uma simulação de ataque nuclear, demonstrando a seriedade com que a aliança trata as ameaças norte-coreanas.

Em resposta, a Coreia do Norte entregou 250 novos lançadores de mísseis balísticos táticos às tropas localizadas perto da fronteira sul-coreana. Esse equipamento, descrito como uma “arma de ataque

tático moderna” idealizada pelo próprio presidente norte-coreano, reflete o contínuo desenvolvimento do programa de mísseis da Coreia do Norte. Recentemente, o país também testou um novo míssil balístico tático, sugerindo uma preparação contínua para possíveis confrontos militares.

A relação entre esses dois eventos destaca o ciclo de preparação militar de ambos os lados. A Coreia do Norte, ao posicionar esses lançadores de mísseis perto da fronteira, parece sinalizar sua prontidão para responder a qualquer ação da Coreia do Sul e dos EUA. Enquanto isso, os exercícios “Ulchi Freedom Shield” são percebidos por Pyongyang como possível preparação para uma invasão, o que aumenta ainda mais as tensões e contribui para a escalada armamentista da região.

A retórica da Coreia do Norte tem se tornado cada vez mais agressiva, acusando os EUA de criar um bloco militar baseado em armas nucleares, o que, segundo Pyongyang, a levou a reforçar suas capacidades militares. Esse clima de desconfiança mútua e constantes provocações gera um cenário altamente volátil, fazendo a península coreana se encontrar presa em um ciclo contínuo de ações e reações militares que alimentam a instabilidade na região, aumentando-se significativamente o risco de um confronto armado entre as partes envolvidas.



DOI 10.21544/2446-7014.n206.p14

O Tratado das Águas do Rio Indo e a disputa indo-paquistanesa

Rebeca Leite

O Tratado das Águas do Rio Indo (1960) é uma das mais antigas iniciativas de cooperação entre a Índia e o Paquistão. Isso porque a partição da Índia Britânica em 1947 não apenas criou fronteiras, mas também dividiu os recursos hídricos do subcontinente. Uma vez que o fluxo de água não corresponde às fronteiras nacionais, o compartilhamento de água gerou inúmeros conflitos no nível geopolítico no que se refere à utilização desse recurso vital. Em mais de 60 anos desde a ratificação, questões relativas à infraestrutura hidrelétrica e as mudanças climáticas nas geleiras do Himalaia estão atualmente tensionando sobremaneira a estabilidade do tratado.

Em suma, as fronteiras definidas em 1947 possibilitaram à Índia o controle das águas a montante do rio, criando-se uma estrutura de poder em relação ao Paquistão, que ficou situado a jusante do rio. Tal configuração tem seu grau de risco elevado ao se notar que a agricultura e a pecuária paquistanesas dependem cerca de 97% da água da Bacia do Indo, sendo os 3% restantes alocados para uso doméstico e industrial. Estima-se que, em 2025, cerca de 207 milhões de habitantes enfrentarão escassez absoluta de água, com menos de 500 metros cúbicos disponíveis per capita. Além disso, o curso dos afluentes do rio atravessa a

chamada Linha de Controle, que separa as regiões de Jammu e Caxemira, administradas pela Índia; de Gilgit-Baltistão e Azad Caxemira, geridas pelo Paquistão. Decerto, a disputa histórica pelo território da Caxemira influencia o contexto hidropolítico.

Em meio a esse cenário, em 2023 a Índia solicitou emendas ao tratado, uma vez que o país busca mais autonomia para seus projetos de barragens ao longo do rio, que fazem parte de seu objetivo de desenvolvimento nacional. Por outro lado, o Paquistão teme que a Índia utilize estas estruturas para controlar o fluxo de água para seu território. Ao mesmo tempo, as transformações socioeconômicas e demográficas e as mudanças climáticas desses quase 64 anos também alimentam a necessidade de se alterar o acordo.

O tratado está cada vez mais desgastado, à medida que não contempla as novas demandas e possui lacunas acerca do desenvolvimento hidrelétrico para se mitigar a escassez de água e energia na região. No entanto, a desconfiança inerente entre os dois Estados, bem como o alto nível de insegurança hídrica, desperta o interesse da sociedade internacional sobre os possíveis meios de solução da controvérsia entre os países nucleares do sul da Ásia.



DOI 10.21544/2446-7014.n206.p15

A disputa Austrália-China entre as Ilhas do Pacífico

Guilherme Carneiro

A recente doação chinesa de novos edifícios presidenciais a Vanuatu e a inauguração de um aeródromo financiado pela Austrália e Nova Zelândia nas Ilhas Salomão destaca a importância que as Ilhas do Pacífico vêm assumindo no cenário geopolítico global. Dessa forma, este texto busca exemplificar como o influxo de infraestrutura e desenvolvimento nas nações insulares da Melanésia se traduz em uma ferramenta que auxilia na disputa por influência territorial.

Em uma cerimônia oficial de entrega no início de junho deste ano, a República Popular da China doou a Vanuatu uma série de edifícios, como o novo palácio presidencial do país e diversos outros prédios governamentais. O projeto, que também inclui um novo Ministério das Finanças e reformas no departamento de relações exteriores do país, foi estimado em cerca de US\$ 21 milhões e considerado um marco no relacionamento cada vez mais íntimo entre as nações. Entretanto, visto que a China é o maior credor externo de Vanuatu — detendo cerca de 40% da dívida externa —, especula-se que essa ação filantrópica faça parte de uma estratégia chinesa batizada de diplomacia de aprisionamento por dívida (*debt-trap diplomacy*, no termo original em inglês), que visa transformar o endividamento financeiro de países em controle político.

Com o pretexto de barrar o avanço chinês na

região, a Austrália e a Nova Zelândia buscaram a mesma abordagem e financiaram a construção de um aeródromo orçado em US\$ 36,55 milhões nas Ilhas Salomão. O projeto, apesar de não possuir a escala dos edifícios presidenciais chineses, funciona com o propósito estratégico de rápido deslocamento de pessoas, mercadorias e ativos militares. As Ilhas Salomão possuem pactos de segurança com a Austrália e a China e, por conta de sua posição estratégica no Pacífico, são disputadas por ambas as potências, cada uma prometendo desenvolvimento, infraestrutura e segurança em troca de alinhamento político.

Apesar de pequenas e escassas em recursos, as Ilhas do Pacífico possuem um valor estratégico imensurável devido a estarem próximas a importantes rotas marítimas, além de possuírem zonas econômicas exclusivas ricas em recursos marinhos e potenciais minerais subaquáticos. Para a República Popular da China, essas ferramentas de *soft power* fazem parte de uma tática para expandir sua influência pelas nações insulares, projetar poder e assegurar rotas marítimas. Já para as demais potências, o objetivo, além de assegurar tais rotas, também é conter a presença chinesa. Assim, o desafio para esses países insulares está em como utilizar o interesse externo para seu benefício sem perder sua soberania.

DOI 10.21544/2446-7014.n206.p16.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Antártica instável: mutabilidade climática e tensões geopolíticas

Nathália Magalhães Macedo

Vinte e dois anos após a última divisão do vórtice polar sul — área de ar frio que cobre a Antártica —, discute-se sobre a possibilidade de ele se dividir novamente. Isso porque tem-se visto a entrada de ar quente na Antártica e o escape de uma corrente de ar frio, cujo destino foram regiões de América do Sul, Austrália e Nova Zelândia. A isto somam-se as mudanças as quais o continente branco vem enfrentando no seu clima, cuja outra consequência mais recente foi a criação de um mapa de vegetação, devido à exposição de superfície verde. Diante desse cenário de inconsistência climática e dando-se como razões a crise global e a histórica cobiça pelos recursos naturais da Antártica,

questiona-se: até quando o continente permanecerá protegido apenas por uma formalidade?

O Protocolo de Madri, assinado em 1991 e em vigor desde 1998, elevou a região ao status de Reserva Natural Internacional, freando quaisquer ações que infrinjam a integridade ambiental da região por 50 anos. Podendo, o documento, ainda, ser revisado após esse prazo. Ainda assim, a chamada “terra de todos” é, há tempo, palco de disputa. E, à medida que as calotas de gelo derretem, o interesse por explorar e requerer terras está aumentando cada vez mais.

Conforme se reforçam os antagonismos políticos, a pretexto de rivalidades históricas, acirra-se a disputa

quanto à soberania na Antártica, distribuída no domínio dos seus eixos econômico e militar. Desse modo, sete países reivindicam territórios na Antártica e, para além disso, trinta e cinco nações possuem hoje bases permanentes, incluindo a China e os Estados Unidos. O volume de incursões, somado ao aumento exponencial dos gastos, deram origem a uma reação estadunidense às investidas chinesas na Antártica e no Oceano Antártico. Essa resposta se manifesta no alinhamento regional em oposição às ambições rivais, vistas como ilegais e custosas às normas implementadas para proteção e governança da região. Com isso, surge o aprofundamento da hostilidade entre os principais representantes dos mundos ocidental e

oriental, motivada por narrativas intransigentes.

A despeito da rigidez do Protocolo de Madri — que impõe uma moratória sobre a exploração mineral —, sua validade prática depende fortemente da boa-fé dos agentes envolvidos, posto que, semelhante a tantas outras formalidades, a disposição para desafiá-lo ou até violá-lo em momentos de tensão e disputas geopolíticas internacionais, ou até pressão econômica, pode aumentar. Assim, é necessária, para se assegurar a eficácia do acordo e o próprio futuro do continente, a cooperação, tendo-se em vista o potencial da Antártica em gerar ingerências nas dinâmicas climáticas e econômicas globais.

DOI 10.21544/2446-7014.n206.p16-17.

TEMAS ESPECIAIS

Mudanças políticas e paradigmáticas na governança dos fundos oceânicos

Victor Gaspar Filho

A oceanógrafa brasileira Letícia Carvalho foi eleita secretária-geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês), para o mandato de 2025 a 2028. A eleição ocorreu durante a 29ª Assembleia da ISA, sediada em Kingston, na Jamaica. Carvalho, que recebeu 79 dos 113 votos, será a primeira mulher à frente da organização e também a primeira pessoa da América Latina no cargo. Sua eleição foi fruto de coordenação entre os ministérios do Meio Ambiente e da Mudança do Clima; das Relações Exteriores; e de Minas e Energia, juntamente à Marinha do Brasil.

A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos é um órgão autônomo da ONU estabelecido através do acordo de implementação (1994) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, 1982). Ela possui como mandato a gestão dos recursos dos fundos marinhos além das jurisdições nacionais. Essa porção do leito oceânico situada além das zonas marítimas dos Estados fica sob 54% da área total dos oceanos e é considerada patrimônio comum da humanidade.

Até o momento, a Autoridade concedeu 31 contratos de exploração mineral — ou seja, apenas para pesquisa do leito oceânico —, cobrindo um total de mais de 1,5 milhão de km², algo próximo de 1% do leito marinho global. Dos contratos, 17 são referentes à Zona Clarion-Clipperton (CCZ, na sigla em inglês), área no Pacífico

entre o Havaí e o México, abundante em nódulos polimetálicos. Tais recursos são essenciais à transição energética, pela sua composição rica em minerais como manganês, níquel e cobalto, utilizados em baterias para carros elétricos, painéis solares e turbinas eólicas, por exemplo.

Partilhando do posicionamento embasado da comunidade científica, Carvalho afirma que é imprescindível a existência de regras claramente definidas através do Código de Mineração determinando as responsabilidades a serem assumidas durante os projetos de mineração *offshore*. Sua posição se baseia no Princípio da Precaução, esclarecendo-se que, no estado atual do conhecimento científico, não é possível afirmar que as atividades não serão danosas ao meio ambiente.

Um fato marcante capaz de ilustrar a vastidão do que não se sabe sobre os oceanos e sobre o mundo natural é a descoberta recente da produção de oxigênio negro no leito oceânico, isto é, a produção de oxigênio sem a presença de luz solar a partir dos próprios nódulos polimetálicos visados para a extração. A descoberta revolucionária se deu a contragosto da financiadora da pesquisa, *The Metals Company*, empresa mais próxima de executar um projeto em escala comercial na CCZ, que aguardava um laudo minimizando os potenciais impactos da mineração de fundos oceânicos.

DOI 10.21544/2446-7014.n206.p17.

- ▶ [Russia Upgrades Key Arctic Military Base With Expanded Runway](#)
HIGH NORTH NEWS, Malte Humpert.
- ▶ [Wartime need for drones would outstrip US production. There's a way to fix that](#)
DEFENSE ONE, Sam Skove.
- ▶ [Navigating the Competitive Seas](#)
CSIS, Moyuru Tanaka.
- ▶ [China Wants Big Fleet of 6 Aircraft Carriers to Take on the U.S. Navy](#)
THE NATIONAL INTEREST, Peter Suci.
- ▶ [Keeping China at Bay in the Antarctic](#)
US NAVAL INSTITUTE, Comandante Nick Frieden.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

AGOSTO

Principais eventos de 19 a 31

19-22




ESTADOS UNIDOS
CONVENÇÃO NACIONAL DO
PARTIDO DEMOCRATA

20-23



MADAGASCAR
11ª COP DA CONVENÇÃO
DE NAIRÓBI

26-30



TONGA
53ª REUNIÃO FÓRUM DAS
ILHAS DO PACÍFICO

26-29



HUNGRIA
EXERCÍCIO "BRAVE
WARRIOR" II

SETEMBRO

Principais eventos de 01 a 29

07



ARGÉLIA
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

10



JORDÂNIA
ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS

10-24



ESTADOS UNIDOS
79ª SESSÃO DA
ASSEMBLEIA GERAL DAS
NAÇÕES UNIDAS

29



SRI LANKA
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

REFERÊNCIAS

- **Eleições na Venezuela e suas implicações internacionais**
SPAGNI, Carlos. [Venezuela, los senderos que se bifurcan](#). *El País*, 23 jul. 2024. Acesso em: 25 jul. 2024.
CANO, Regina. [Why Venezuela's presidential election should matter to the rest of the world](#). *AP News*, 26 jul. 2024. Acesso em: 26 jul. 2024.
- **Temporada de furacões 2024: como o Caribe lida com seus desafios?**
COTO, Dánica. [Officials plead for \\$9 million in aid weeks after Hurricane Beryl devastates the southeast Caribbean](#). *Associated Press News*, 11 jul. 2024. Acesso em: 26 jul. 2024.
MORLAND, Sarah. [Caribbean braces for economic punch after season's deadly first hurricane](#). *Reuters*, 09 jul. 2024. Acesso em: 26 jul. 2024.
- **O novo mandato de Paul Kagame e a crise Ruanda-Congo**
[Remarks at a UN Security Council Briefing on the Situation Concerning the Democratic Republic of the Congo](#). *Missão dos Estados Unidos nas Nações Unidas*, 08 jul. 2024. Acesso em: 26 jul. 2024.
LAWAL, S. [As Rwanda votes, tensions with neighbouring DR Congo deepen over M23](#). *Al Jazeera*, 15 jul. 2024. Acesso em: 26 jul. 2024.
- **O combate ao crime marítimo na Nigéria e o uso da Inteligência Artificial**
[Artificial Intelligence an Important Tool in Fighting Sea Crime](#). *ADF Magazine*, 11 jul. 2024. Acesso em: 26 jul. 2024.
IWEALA, U. [Nigeria's Second Independence: Why the Giant of Africa Needs to Start Over](#). *Foreign Affairs*, 21 jun. 2022. Acesso em: 26 jul. 2024.
- **O vácuo de liderança na Europa: a ascensão da Polônia**
SZEWCZYK, Bart M.J. [Who Will Fill Europe's Leadership Vacuum?](#) *Foreign Policy*, 19 jul. 2024. Acesso em: 24 jul. 2024.
ABDULKADIR, Ahmed Abdulazez. [OTAN identifica lacunas críticas nas capacidades de defesa europeias](#). *Investing.com*, 24 jul. 2024. Acesso em: 24 jul. 2024.
- **Águas turbulentas: os desafios dos chokepoints marítimos no Oriente Médio**
[Has Houthi-orchestrated chaos become the new normal in the Red Sea?](#) *The New Arab*, 22 jul. 2024. Acesso em: 12 ago. 2024.
[Why the Strait of Hormuz Is a Focus of Worry Again](#). *BNN Bloomberg*, 12 ago. 2024. Acesso em: 12 ago. 2024.
- **Expansão do conflito de Gaza: análise dos suplementos militares de Israel e Hezbollah**
[The Hezbollah-Israel conflict: what is the arsenal of the "Party of God"?](#) *Veridica*, 12 ago. 2024. Acesso em: 16 ago. 2024.
[What has India risked by exporting arms to Israel?](#) *The Wire*, 13 jul. 2024. Acesso em: 16 ago. 2024.
- **Ogivas e Narrativas: a Teoria do Controle Reflexivo e o uso estratégico de ameaças nucleares**
DEY, Aninda. [From Khrushchev to Putin, Russian's Reflexive Control theory has alarmed NATO](#). *Firstpost*, 16 mar. 2024. Acesso em: 17 jul. 2024.
[Russian Military Begins 'Third Phase' of Nuclear Weapons Drills](#). *The Moscow Times*, 31 jul. 2024. Acesso em: 14 ago. 2024.
- **Novas conexões a Oeste: os Estados Bálticos e a rede elétrica europeia**
[The Baltic countries are fully ready to synchronise with the continental European electricity grid](#). *Ministério da Energia da República da Lituânia*, 10 jul. 2024. Acesso em: 17 ago. 2024.
[Baltic energy systems: synchronisation by 2025](#). *Comissão Europeia*, 05 set. 2018. Acesso em: 17 ago. 2024.
- **Tensões voltam a aumentar na Península Coreana**
[South Korea, US to stage annual drills over North's missile, cyber threats](#). *Reuters*, 12 ago. 2024. Acesso em: 16 ago. 2024.
YIM, Hyunsu. [North Korea's Kim oversees delivery of new tactical ballistic missile launchers](#). *Reuters*, 05 ago. 2024. Acesso em: 15 ago. 2024.
- **O Tratado das Águas do Indo e a disputa indo-paquistanesa**
[Impact of water insecurity amidst endemic and pandemic in Pakistan: Two tales unsolved](#). *Ann Med Surg*, 24 ago. 2022. Acesso em: 15 ago. 2024.
[India, Pakistan and the Indus: Climate change means the revision of a treaty](#). *The Indian Express*, 10 jul. 2024. Acesso em: 15 ago. 2024.
- **A disputa Austrália e China entre as Ilhas do Pacífico**
[Tropical Tug-of-War: China and the West's Influence Battle in the Pacific](#). *The Diplomat*, 10 jul. 2024. Acesso em: 05 ago. 2024.
[China, Australia donate buildings, airstrips in Pacific influence race](#). *Reuters*, 02 jul. 2024. Acesso em: 05 ago. 2024.
- **Antártica instável: mutabilidade climática e tensões geopolíticas**
FERNANDÉZ, Cindy. [Criado o primeiro mapa de áreas verdes da Antártica](#). *Meteored*, 12 ago. 2024. Acesso em: 12 ago. 2024.
THAKUR, Anjali. ["Something Unusual...": Scientists Warn Of Potential Antarctic Vortex Split](#). *NDTV*, 11 ago. 2024. Acesso em: 11 ago. 2024.
- **Mudanças políticas e paradigmáticas na governança dos fundos oceânicos**
MACHADO, Nayara. [Brasileira é eleita secretária-geral de órgão que regula mineração no fundo do mar](#). *EPBR*, 02 ago. 2024. Acesso em: 16 ago. 2024.
[ISA Assembly elects Ms. Leticia Carvalho of Brazil as a new Secretary-General. International Seabed Authority](#). *International Seabed Authority*, 02 ago. 2024. Acesso em: 16 ago. 2024.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

- HAITI - Conflitos internos: [Cash transfers boost businesses – and hopes – in Haiti](#). UNICEF, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Yemen: Israeli Port Attack Possible War Crime](#). Human Rights Watch, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- IRÃ - Instabilidade regional: Netanyahu to Iran: [Attack Israel and suffer “heavy price”](#). Iran International, 18 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- ISRAEL - Conflito regional: [Israel’s war on Gaza live: Israel expands attacks as Blinken stresses deal](#). Al Jazeera, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Israeli strike in Lebanon kills 10, health ministry says](#). BBC, 17 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MAR VERMELHO - Ataque a embarcações: [CENTCOM announces destruction of Houthi uncrewed aerial vehicle](#). Safety4Sea, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- MIANMAR - Conflito interno: [Widespread floods and uptick in fighting deepen humanitarian crisis in Myanmar](#). UN News, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Congo’s humanitarian crisis helped mpox spiral again into a global health emergency](#). AP News, 17 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine’s Zelenskyy says push into Russia’s Kursk is to create buffer zone](#). AP News, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [United Nations Security Council prolongs mandate of AU peacekeeping in Somalia](#). Africa News, 16 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- SUDÃO - Conflito interno: [Aid workers sound alarm over worsening humanitarian situation in Sudan](#). Africa News, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- VENEZUELA - Crise sociopolítica: [Venezuelan opposition protests as election dispute drags on](#). Reuters, 18 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

► MÉDIO RISCO:

- BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Insight: Bangladesh student protesters eye new party to cement their revolution](#). Reuters, 16 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.
- BELARUS - Crise regional: [Bielo-Rússia diz que Ucrânia está reunindo tropas na fronteira em meio a incursão na Rússia](#). Al Jazeera, 18 ago. 2024. Acesso em: 19 jul. 2024.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Burkina Faso: Au Burkina Faso, la junte enrôle de force des magistrats récalcitrants sur le front antijihadiste](#). Le Monde, 16 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• GUINÉ - Crise sociopolítica: [La Guinée Conakry sur le banc des accusés](#). **Mondafrique**, 18 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• IRAQUE - Crise regional: [Iraq risks being drawn into war amid Gaza fallout: UN official](#). **The New Arab**, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• MALI - Crise sociopolítica: [Deadly clashes between army and jihadists in Mopti region](#). **Africa News**, 17 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Philippines and China say ships collided at new South China Sea flashpoint](#). **Al Jazeera**, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• NÍGER - Crise sociopolítica: [Ukraine in Africa: Was its role in big Wagner defeat in Mali an own goal?](#) **BBC**, 11 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [¿Fracasó el cierre del tapón del Darién?](#) **La Prensa Panamá**, 18 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• SÍRIA - Crise regional: [Iran says IRGC member killed in coalition strike in Syria](#). **Al-Monitor**, 15 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

► EM MONITORAMENTO:

• AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [“No to the Taliban!” Afghans Gather in Washington to Demand Action](#). **The Diplomat**, 16 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Azerbaijan says Armenia opened fire at military positions in autonomous Nakhchivan exclave](#). **Anadolu Agency**, 15 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• BOLÍVIA - Instabilidade sociopolítica: [Los medicamentos para enfermos crónicos en Bolivia suben de precio por la crisis económica](#). **Agência EFE**, 15 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• COREIA DO NORTE - Instabilidade regional: [US and South Korea begin military drills aimed at strengthening their defense against North Korea](#). **AP News**, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• COLÔMBIA: Instabilidade sociopolítica: [ELN levantará paro armado en Chocó, al noroeste de Colombia](#). **Prensa Latina**, 18 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Drug trafficking and port investment in El Salvador this week](#). **Prensa Latina**, 17 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Daniel Noboa acusa a vicepresidenta de querer inhabilitarlo para las presidenciales de 2025](#). **Nodal Am**, 15 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• ETIÓPIA - Instabilidade interna: [Unveiling the Roots of Poverty in Ethiopia: Key Factors and Challenges](#). **Edmonton Gazette**, 15 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• GUIANA E VENEZUELA - Disputa regional: [Maduro se arrisca a perder o bonde da história do óleo na América Latina](#). **Agência EPBR**, 15 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Moçambique: 70 pescadores raptados por insurgentes em Mocímboa da Praia](#). **VOA News**, 13 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [Nicaragua Shuttters 1,500 NGOs, Most Of Them Religious: Government Barron's](#), 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• NIGÉRIA - Instabilidade interna: [UNHCR officials call for “sustainable solutions” to end displacement crisis in Nigeria](#). **UN News**, 16 ago. 2024. Acesso em: 19 jul. 2024.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan suffers snail-speed internet with some accusing government of setting up national firewall](#). **AP News**, 19 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.

• TAIWAN - Disputas regionais: [3 crew on Chinese boat missing after collision off Taiwan island](#). **Voa News**, 17 ago. 2024. Acesso em: 19 ago. 2024.